

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM – 27 DE JUNHO DE 2022

Ao vigésimo sétimo (27) dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, em reunião realizada nas dependências da OAB/SP, na avenida Dr. Ariberto Pereira da Cunha, 920, iniciando às 18hs, onde não havia quórum na primeira chamada. Na segunda chamada, às 18h30, estavam presentes 9 conselheiros titulares, sendo eles: Maura Silva de Oliveira (IMBio), Gonçalo Ferraz Cardoso (Planejamento), Felipe Nogueira Monteiro (Educação), Ana Paula Cursino Reis (Turismo), Marcos Alencar de Sousa (ONG Água), Mariana Rossi Sigrist (ACEG), José Sávio do Amaral Jardim Monteiro (OAB), Antônio Silvestre Espindola (Amb Gomerall), Vanessa Maria Leite Lucchesi (AGEA). Registra-se a presença de dois suplentes em substituição aos titulares: José Eduardo Rocha de Moraes (Meio Ambiente) e José Benedito (Defesa Civil). Sendo assim, deu-se início aos trabalhos.

A presidente Maura Silva de Oliveira deu abertura aos trabalhos, dando boas-vindas aos presentes e em seguida, expôs aos conselheiros o fato ocorrido em tribuna popular na Câmara Municipal, relativo à denúncia feita por Rogério Encarnação, mencionando o que entendia como irregularidades no COMAM. A presidente Maura elaborou um comunicado, que foi dado a conhecimento e aprovação dos conselheiros, onde refuta as denúncias feitas, e que dará publicidade junto ao site da Prefeitura. A conselheira Vanessa (AGEA) fez menção ao fato ocorrido, refutando e não coadunando com o que ali foi dito, classificando como maldosa, posto que faz referência aos engenheiros da AGEA. O conselheiro Sávio (OAB) esclareceu sobre a fala de Rogério, no sentido de não especificar nomes, apenas citar de maneira genérica “engenheiros da AGEA”, o que nada significa. Expôs que, ao final de sua palestra na Câmara relativo ao RPPN, foram feitos questionamentos sobre empreendimentos da Prefeitura em áreas de Mata Atlântica, assuntos que não eram pertinentes à apresentação realizada.

O conselheiro Marcos solicitou o conhecimento da pauta, lida pela presidente Maura. Foi feita a leitura da ata da reunião do dia 31 de maio, pelo conselheiro Felipe. O conselheiro Sávio apontou pequenas correções a serem feitas. Por indicação do conselheiro Tupinambá, a presidente Maura expôs a comunicação do conselheiro Milton, sobre eventuais correções a serem feitas na ata anterior, citando artigos a serem corrigidos, sendo que na ata está registrado em páginas. Registro neste momento, a presença do conselheiro Milton (UNESP) e do conselheiro Eduardo Cavalca (Sindicato Rural).

O conselheiro Marcos perguntou também sobre a publicação das atas do COMAM no site da Prefeitura. A presidente Maura respondeu que encaminhou as atas para o email da Prefeitura, que é a responsável pela publicação no site. Foi sugerido que, a partir desta reunião, as atas sejam acompanhadas com ofício.

Relativo às indicações do COMAM em outros Conselhos Municipais, ficou estabelecido a indicação do conselheiro Sávio no Conselho Gestor de Produtores de Água e a conselheira Maura foi indicada para o Conselho Municipal de Saneamento Básico. Estas indicações tiveram aval dos conselheiros.

A presidente Maura mencionou sobre a ausência dos conselheiros e recebeu a justificativa de todos os contatados. O conselheiro Marcos expôs que não recebeu as informações por e-mail e que não estava inserido no grupo por Whatsapp, para receber as notificações sobre as reuniões.

O próximo item da pauta, relativo à apresentação do Plano Municipal de Mata Atlântica, por parte de Mariana Gianiaki, da Marimar Consultoria. Sua fala foi realizada por

videoconferência, e num primeiro momento, houve dificuldades técnicas que postergaram sua participação. Nesse ínterim, a presidente Maura retomou o assunto sobre as argumentações de Rogério Encarnação junto à tribuna popular na Câmara, explicando que foram realizadas três reuniões para discussão do PMMA, com ampla oportunidade de participação para os conselheiros contribuírem com sugestões e críticas.

Normalizada a transmissão da videoconferência, Mariana Gianiaki se apresentou aos conselheiros e demonstrou um breve histórico da elaboração do PMMA por meio da consultoria Marimar, enfatizando a importância do plano de manejo da APA, Plano Diretor para uso do solo e defesa da biodiversidade como áreas prioritárias para desenvolvimento de políticas públicas, dentro das legislações federais e protocolos internacionais (Acordo de Paris). Este trabalho tem três anos, constituindo um documento técnico e participativo, envolvendo sociedade civil e poder público e visando oportunidades de parceria e financiamento (estaduais, nacionais e internacionais) para realização destas ações, visando constituir uma gestão ambiental qualificada, com o apoio do Estado e da União. Mariana explicou também que, em 2019, quando a Marimar foi contratada, foi um momento de diagnóstico, com ampla divulgação à sociedade civil, que participou com contribuições, realizações de oficinas que definiram estratégias e ajustes, chegando no instante de finalização e aprovação dos conselheiros.

O conselheiro Marcos perguntou sobre a divulgação do PMMA pelo COMAM. Mariana esclareceu que, para a elaboração do PMMA, mesmo que não estivesse funcionando na forma adequada, o ideal era que houvesse reuniões participativas com grupos de trabalho no âmbito do Conselho, mesmo diante dos problemas jurídicos colocados e da própria pandemia, e também complementa que essa é uma realidade em todo o país. Ela cita também que não constava em contrato a realização de audiências públicas na proposta da Marimar, mas que o documento está disponibilizado para consulta pública e avaliação da municipalidade, havendo a possibilidade de continuidade por mais tempo, propondo fazer essa nova etapa. O conselheiro Sávio explicou que participou ativamente na elaboração do PMMA desde seu início, citou sobre a realização das oficinas com participação de vários segmentos da sociedade civil e com publicação no site, e com a regularização do COMAM, com a posse da atual gestão, onde foi colocado o PMMA para discussão, tivemos a oportunidade de todos os conselheiros contribuírem por meio de três reuniões. Mariana defendeu que o plano seja discutido em tempo necessário, para revisão e avaliação, para a elaboração de um documento útil a toda municipalidade. Ela sugeriu mais 30 dias para rever de maneira criteriosa os ajustes, feitos por proposições dos conselheiros, e ao final deste período, apresentar as correções e submeter à aprovação do COMAM, o que foi acatado pelos conselheiros. Mariana solicitou o encaminhamento da ata anterior para analisar as mudanças registradas na última reunião, fazendo as comparação dos ajustes necessários, para assim encaminhar novamente para conhecimento dos conselheiros, zelando pela transparência pública, para deliberação em uma nova reunião. Ressalta também a importância do COMAM em monitorar o cumprimento do PMMA e a operacionalização de maneira facilitada.

Mariana destacou também a elaboração da consulta pública sobre a percepção ambiental, que data de 2019, e é um importante instrumento de mobilização da sociedade civil, que tem por objetivo diagnosticar e analisar a percepção da sociedade sobre questões ambientais e políticas públicas prioritárias para o setor. Mariana destaca a importância dos Conselhos Municipais no acompanhamento e transparência, visando criar uma agenda de compromissos para o setor, envolvendo poder público e sociedade civil. O documento conta com 190 participações da sociedade civil, distribuídas em temas importantes: água, uso do

território, resíduos sólidos, ar, biodiversidade, consumo sustentável de alimentos, clima e participação social. Ao demonstrar a funcionalidade do documento, Mariana expôs algumas considerações que cabem reflexões e delineamento de políticas públicas, como a percepção de políticas públicas e como a sociedade civil avalia positivamente outras ações que beneficiam sua qualidade de vida. Ressaltou também o conhecimento destes indicadores, como forma de capitalizar e mobilizar a sociedade como um todo. A presidente Maura solicita a Mariana Gianiaki a disponibilização da consulta pública para conhecimento dos conselheiros e disponibilização para publicação, sendo enviado via Whatsapp. Citou a importância de encaminhar documentos e informações também para o email do COMAM, não somente para a Secretaria de Meio Ambiente, uma vez que o Conselho está desvinculado da pasta.

Aberta a oportunidade de fala aos conselheiros, o conselheiro Marcos perguntou quais os cinco piores indicadores apontados na consulta. Mariana apontou a mobilização popular, desconhecimento da gestão ambiental, projetos do setor, do Plano Diretor e da própria participação dos Conselhos Municipais e orçamento participativo. Ela ressaltou a importância de estratégias de divulgação e publicidade, para entendimento e reflexão dos problemas que o município encontra.

A conselheira Mariana (ACEG) pergunta qual a relação da consulta pública com o PMMA. Mariana Gianiaki ressaltou a importância da mobilização da sociedade civil e o engajamento na elaboração do PMMA no município. A conselheira Mariana, em menção a NDC do Brasil, também pergunta qual a relação do plano com a meta do Brasil em recuperar 12 milhões de hectares de florestas. Mariana Gianiaki aponta como uma relação direta, uma vez quando se identifica as áreas de restauração, está contribuindo para o alcance de metas propostas pelo Acordo de Paris, ressaltando que esse cumprimento fica na alçada da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e seus parceiros, principalmente com a obtenção de financiamentos com a esfera estadual e a iniciativa privada. A conselheira Mariana destacou as ações da BASF em ações de reflorestamento e no programa Produtor de Água.

O conselheiro Carlos Tupinambá (IMBIO) perguntou se há outros programas de financiamento para pontos dolorosos do município, citando o exemplo do saneamento e esgoto, poluição do ar, entre outros. Mariana cita que o município já tem o plano para saneamento, para resíduos sólidos e o PMMA, mas há caminhos de financiamentos para regularização de propriedades e ações de reflorestamento, sendo necessário planos robustos e mobilização junto à esfera estadual.

O conselheiro Milton, se referindo a consulta pública, questionou sobre as 190 participações. Mariana esclareceu a permanência do link para preenchimento aberto, mas que o COMAM pode abrir para uma nova consulta, dentro de um período que seja interessante e com a composição de novos indicadores. O conselheiro Milton ressaltou a importância de retomar esse levantamento e a obtenção destes dados, como forma de ampliar a participação popular.

Encerrando o tempo da chamada da videoconferência, Mariana agradeceu e se colocou à disposição para uma nova reunião dentro de um mês. Ao retomar a palavra, a presidente Maura explicitou que o espaço do COMAM no site da Prefeitura será atualizado, pois a gestão das publicações é da própria Prefeitura, e que a divulgação tardia de informações é prejudicial ao Conselho. Referente a questão da ata, o conselheiro Milton, quando perguntado sobre as alterações sugeridas via Whatsapp, confirmou se tratar de alterações pertinentes ao Regimento

Interno. Sendo assim, a ata do mês anterior foi dada como aprovada em seu conteúdo, resultando nos pequenos ajustes apontados anteriormente.

Em palavra aberta, Rogério Encarnação questionou a publicidade das reuniões do COMAM e a dificuldade de obter informações sobre esta questão, não chegando informes até a Associação do Gomerl. Ele entende haver cerceamento de informações e gravações, além de vícios na elaboração do PMMA, protocolando uma representação no Ministério Público contra a mesa diretiva do COMAM e alguns conselheiros, que entende estar conduzindo de maneira equivocada. O conselheiro Sávio contestou Rogério por essa ação.

A presidente Maura informa que a próxima reunião será no dia 27 de julho de 2022, quarta-feira, em local a definir, declarando encerrada a reunião às 20h13. Eu, Felipe Nogueira Monteiro, secretário ad hoc, lavrei a presente ata.

